

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

Ativo	Notas explicativas	2017	2016	Passivo	Notas explicativas	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>3.526.617,63</b>	<b>2.757.601,00</b>	<b>Circulante</b>		<b>4.753.370,12</b>	<b>2.953.801,67</b>
Caixa e Equivalentes de caixa sem restrição	4,1	628.966,18	679.548,37	Fornecedores	11	412.969,33	435.915,44
Caixa e Equivalentes de caixa com restrição	4,2	1.169,71	286.514,49	Obrigações Trabalhistas	12	1.390.124,44	818.293,75
Créditos - Saúde	5	111.867,92	148.403,24	Obrigações Sociais	13	422.798,17	105.117,64
Outros Créditos	6	1.093.396,32	637.983,53	Obrigações Fiscais	14	58.474,59	49.236,27
Estoques	7	761.624,92	418.723,31	Estoques de Terceiros		318.452,06	398.070,73
Estoques de Terceiros		318.452,06	398.070,73	Outras Obrigações	15	64.584,99	69.847,07
Despesas do Exercício Seguinte	8	611.140,52	188.357,33	Empréstimos de Materiais e Medic.		426,64	426,64
				Empréstimos e Financiamentos	16	943.274,19	649.536,63
<b>Não Circulante</b>		<b>17.724.750,07</b>	<b>17.531.204,55</b>	Subvenções Públicas e Privadas	17	800.780,71	338.869,00
Realizável a Longo Prazo	9	91.041,58	26.732,76	Doações para Venda		341.485,00	88.488,50
Imobilizado	9,1	16.817.034,28	16.651.702,36				
Imobilizado Gestão Pública	9,2	556.444,23	543.483,63	<b>Não Circulante</b>		<b>2.247.216,27</b>	<b>1.188.461,39</b>
Imobilizado Gestão Privada	9,3	216.535,72	248.713,72	Outras Obrigações Longo Prazo		1.115.910,64	9.326,95
Intangível	10	43.694,26	60.572,08	Subvenções Públicas e Privadas	18	1.131.305,63	1.179.134,44
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>14.250.781,31</b>	<b>16.146.542,49</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>21.251.367,70</b>	<b>20.288.805,55</b>	Patrimônio Social		6.287.719,06	6.237.228,49
				Bens recebidos por doação		-	-
				Ajustes de exercícios anteriores		-	-
				Ajuste de avaliação patrimonial		9.858.823,43	10.006.843,79
				Resultado do período		(1.895.761,18)	(97.529,79)
				<b>Total do Passivo</b>		<b>21.251.367,70</b>	<b>20.288.805,55</b>

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Bens recebidos por doação	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do período	Ajustes de exercícios anteriores	Totais
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>6.235.385,24</b>	-	<b>10.154.864,15</b>	<b>(146.177,11)</b>	-	<b>16.244.072,28</b>
Incorporação ao patrimônio social	(146.177,11)	-	-	(146.177,11)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148.020,36	-	(148.020,36)	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	97.529,79	(97.529,79)	-
<b>Saldo em 31.12.2016</b>	<b>6.237.228,49</b>	-	<b>10.006.843,79</b>	<b>(97.529,79)</b>	-	<b>16.146.542,49</b>
Incorporação ao patrimônio social	(97.529,79)	-	-	(97.529,79)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148.020,36	-	(148.020,36)	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	(1.895.761,18)	(1.895.761,18)	-
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>6.287.719,06</b>	-	<b>9.858.823,43</b>	<b>(1.895.761,18)</b>	-	<b>14.250.781,31</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

### 1 - Contexto Operacional

O Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC é uma associação civil de caráter beneficente, de assistência social e filantrópica, sem finalidades econômicas ou lucrativas, inscrita no CNPJ (MF) 00.797.397/0001-94 e possui os Títulos, Registros e Certificações abaixo discriminados. O GRENDACC tem por finalidade e objetivos sociais amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas, através da promoção de ações nas áreas de assistência social e de saúde que contribuem para a obtenção de atendimento integral, podendo, mediante deliberação de sua diretoria, estender a proteção, assistência e o amparo a crianças e adolescentes portadores de outras doenças, sem qualquer distinção quanto ao sexo, raça, cor, religião ou condições econômicas ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRENDACC desdobra suas atividades em vários setores, para tanto utiliza sua instalação ambulatorial, de sua propriedade, situado na Avenida Olívio Boa, 99, Jundiá – SP.

Os recursos são oriundos de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde – SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

O GRENDACC também arrecada fundos referentes a eventos diversos organizados pela Instituição. Por sermos uma Entidade de interesse social, possuímos os seguintes certificados:

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNEES sob nº. 2716801 – 03 de setembro de 2003.
- Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE sob nº. 1624/2012 – Concedido em 06 de agosto de 2012, com validade pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos do Decreto nº. 57.501, de 08 de novembro de 2011. Vencimento: 05 de agosto de 2022.
- Certificado de Registro nº 1.1.9.9.5.0.1.1 e de Inscrição de Programas de Atendimento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jundiá – SP. - CMDCA – Lei Municipal 7.102 de 25 de junho de 2008. – tendo vigência de dois anos, sendo que o último certificado emitido tem validade até o dia 15 de julho de 2018.
- Certificado de Registro nº. 09 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jarinu – SP., deferido em dezembro de 2008, devidamente renovado por prazo indeterminado.
- Certificado de Registro nº. 20 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Paulista – SP., deferido em outubro de 2011 e devidamente renovado em outubro de 2017 com validade até 23 de outubro de 2018.
- Declaração de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 10.417 de 24 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25/11/99. – Atualizada anualmente, sendo que a última certidão SJD nº. 1219/2016 emitida em 21 de junho de 2017 com validade até 31 de Outubro de 2018.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.862 de 24 de setembro de 1996, publicada na Imprensa Oficial em 02/10/96. – Prefeitura do Município de Jundiá – SP.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1.958 de 16 de Abril de 2012 e na mesma data Publicada na Imprensa Oficial - Prefeitura do Município de Cabreúva – SP.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.166 de 13 de junho de 2012 e na mesma data Publicada na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura – Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista – SP.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Projeto de Lei n. 551 de 27 de outubro de 2011 – Câmara Municipal de Itupeva – SP.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei municipal 2.219 de 13 de dezembro de 2011 e na mesma data Publicada e Registrada na Secretaria de Administração – Câmara Municipal de Louveira – SP.
- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.078 de 17 de maio de 2011 e na mesma data Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Prefeitura do Município de Várzea Paulista – SP.
- Credenciamento no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON - Portaria nº. 935 de 07 de novembro de 2013.
- Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de Contribuições Sociais nº 37311.007240/2006-35.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.374/2011 (NBC TG) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro e a Resolução CFC nº 1.409/2012 (ITG 2002-R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

### 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir.

#### 3.1 Apuração do Resultado do Período

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

#### 3.2 Ativo Circulante

O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para redução do valor recuperável.

#### 3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

#### 3.4 Estoques

Foram avaliados pelo custo de aquisição e não superam o valor de mercado.

#### 3.5 Créditos a Receber

Estão apresentados pelo valor faturado e referem-se aos atendimentos do Sistema Único de Saúde – SUS, convênios médicos privados, atendimento particulares, cheques de doação em custódia com o banco e Subvenções Governamentais a receber.

A Entidade não constitui a provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato de receber 100% dos seus recebíveis.

#### 3.6 Imobilizado

É demonstrado o custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômico dos bens.

#### 3.7 Intangível

Inclui direitos de uso de "software" e Marcas e Patentes, sendo amortizado na base de 20% a.a

#### 3.8 Passivo Circulante

É demonstrado valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas

#### 3.9 Fornecedores

São obrigações referentes a aquisição de bens, materiais, medicamentos ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos no valor da fatura ou do contrato correspondente.

#### 3.10 Provisão de Férias

Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

#### 3.11 Patrimônio Social

É representado pelo patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit e ou diminuído do déficit apurados anualmente, conforme legislação em vigor.

#### 3.12 Receitas Operacionais

As receitas operacionais do GRENDACC constituem-se basicamente através de Doações e Contribuições de Pessoas Físicas e Jurídicas, Serviços Médicos e Hospitalares, principalmente das realizadas por campanhas através do sistema de captação de recursos, mantido e operado pela Entidade.

#### 3.13 Receitas com trabalho Voluntário

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício de 2017.

Os cálculos são efetuados de acordo com os valores estabelecidos no sindicato com base às horas trabalhadas dos voluntários.

## Meses Voluntários Valor R\$

Meses	Voluntários	Valor R\$
Janeiro	280	22.766,43
Fevereiro	267	21.709,41
Março	249	20.245,86
Abril	256	20.815,02
Maio	254	20.652,40
Junho	209	16.993,51
Julho	202	16.974,60
Agosto	198	16.638,47
Setembro	198	16.638,47
Outubro	243	20.419,94
Novembro	219	18.403,15
Dezembro	219	18.403,15
<b>Total</b>	<b>230.660,41</b>	

### 3.14 Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre pagamentos e despesas e tarifas bancárias.

### 3.15 Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

### 3.16 Subvenções Públicas e Privadas

Os saldos são classificados no Passivo Circulante em contrapartida de Caixa e Equivalentes de Caixa, e serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas (Receita e Despesa), conforme o recurso for sendo utilizado. Esses valores são identificados nas demonstrações contábeis como "Recursos Com Restrição", pois a Entidade deve respeitar as condições para gasto dos mesmos observando o que foi estabelecido em cada convênio.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo ao valor de realização, calculados, pró-rata temporis, com base na taxa efetiva de aquisição e resultados registrados em conta de "Receitas financeiras".

#### 4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa sem restrição

	2017	2016
Caixa	14.515,01	18.257,75
Bancos Conta Movimento sem Restrição	20.049,28	27.688,71
Bancos Conta Aplicações sem Restrição	594.401,89	633.601,91
Caixa ou Equivalentes de Caixa sem restrição	<b>628.966,18</b>	<b>679.548,37</b>

#### 4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa com restrição

	2017	2016
Bancos Conta Movimento com Restrição	169,00	17.335,44
Bancos Conta Aplicações com Restrição	1.000,71	269.179,05
Caixa ou Equivalentes de Caixa com Restrição	<b>1.169,71</b>	<b>286.514,49</b>

### 5. Créditos - Saúde

	2017	2016
Crédito de Convênios (Plano/Operadoras)	65.335,38	124.121,41
Crédito de Pacientes SUS	46.532,54	24.281,83
<b>Créditos - Saúde</b>	<b>111.867,92</b>	<b>148.403,24</b>

Créditos referentes a Prestação de Serviço de Saúde, através emissão de Notas Fiscais Eletrônicas.

### 6. Outros Créditos

	2017	2016
Adiantamento de Férias	42.051,46	89.891,99
Adiantamento de Despesas	0,00	191,10
Convênios Bazar	6.819,50	1.804,00
Credito Saldo Insuficiente	1.023,21	1.531,79
Convênios Serviços Clínicos	852,00	782,00
Descontos de Eventos	150,00	1.798,00
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	13.041,30	13.041,30
Cheques em Cobrança	156.311,90	33.076,00
Outros Créditos	73.146,95	478.218,54
Verbas Públicas	800.000,00	0,00
Verbas Privadas	0,00	17.648,81
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.093.396,32</b>	<b>637.983,53</b>

### 7. Estoques

	2017	2016
Medicamento em Geral	31.637,71	33.929,88
Material Odontologia	2.129,30	779,32
Material Médico Hospitalar	67.637,71	38.219,40
Material de Laboratório	67.926,96	33.567,48
Terapia Nutricional	22.415,31	1.587,46
Alimentos	28.829,95	7.917,61
Consignado	11.300,43	0,00
Material de Escritório	31.964,78	30.677,39
Material de Limpeza	39.436,27	27.119,21
EPI - Equipamento de Proteção Individual	73.441,62	91.409,14
Material Promocional	18.311,25	41.887,74
Material de Informática	6.289,89	4.650,53
Material de Manutenção	18.358,34	18.029,25
Bazar	341.485,00	88.488,50
Artesanato	460,40	460,40
<b>Estoques</b>	<b>761.642,92</b>	<b>418.723,31</b>

São avaliados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de mercado.

### 8. Despesas do Exercício Seguinte

	2017	2016
Prêmios de Seguros a Amortizar	25.901,68	39.592,56
Assinaturas de Jornais periódicos	945,93	948,70
Juros a Amortizar Cartão BNDES	43.174,64	59.230,62
Juros a Amortizar Empréstimo Bancário	459.775,63	27.963,24
Juros a Amortizar FINAME BNDES	50.869,99	60.622,21
Juros a Amortizar INSS	30.472,65	0,00
<b>Despesas do Exercício Seguinte</b>	<b>611.140,52</b>	<b>188.357,33</b>

Os registros contábeis deste Grupo se referem a despesas que beneficiarão período subsequente à data de encerramento das Demonstrações Contábeis, será registrado em contas de Despesas de acordo com a vigências dos contratos firmados.

## Demonstrações de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

	Notas Explicativas	2017	2016
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>13.056.823,08</b>	<b>10.125.081,14</b>
<b>Receitas operacionais com Saúde</b>		<b>2.474.118,82</b>	<b>825.851,68</b>
Pacientes Particulares		17.705,	

**12. Obrigações trabalhistas**

	2017	2016
Ordenados a Pagar	282.585,14	227.264,78
13º Salário a Pagar	281.707,25	0,00
Provisões Trabalhistas de Férias e 13º Salário	818.514,99	590.346,82
Pensão Alimentícia a Pagar	1.516,96	682,15
Autônomos a Pagar	5.800,10	0,00
<b>Obrigações Trabalhistas</b>	<b>1.390.124,44</b>	<b>818.293,75</b>

**13. Obrigações Sociais**

	2017	2016
FGTS a Recolher	182.756,39	51.305,80
INSS a Recolher	55.561,50	41.860,04
INSS a Recolher - Terceiros	0,00	794,91
PIS a Recolher	10.873,67	8.299,62
Contr. Sind./Assist. a Pagar	3.803,07	2.857,27
Parcelamento INSS	169.803,54	0,00
<b>Obrigações Sociais</b>	<b>422.798,17</b>	<b>105.117,64</b>

**14. Obrigações Fiscais**

	2017	2016
ISS na Fonte a Recolher	193,07	1.337,56
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	8.221,94	5.557,80
IRRF a Recolher Funcionários	49.139,93	41.056,40
IRRF a Recolher de Terceiros	919,65	1.284,51
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>58.474,59</b>	<b>49.236,27</b>

**15. Outras obrigações**

	2017	2016
Telecomunicações a Pagar	159,97	6.432,56
Conta de Água a Pagar	181,13	0,00
Conta de Gás a Pagar	0,00	134,00
Seguros a Pagar	24.859,87	38.587,22
Empréstimos Consignados	17.781,11	14.948,79
Adiantamento de Clientes - Convênios	175,00	0,00
Outras Obrigações a Pagar	7.037,00	0,00
Mercadorias Consignadas	11.300,43	6.800,00
Convênio Farmácia	3.070,48	2.524,50
Taxas Municipais	20,00	420,00
Cheques a Compensar	0,00	0,00
<b>Outras Obrigações</b>	<b>64.584,99</b>	<b>69.847,07</b>

**16. Empréstimos e Financiamentos Bancários**

	2017	2016
Empréstimos Bancários	487.675,47	129.556,95
Cartão BNDES	171.348,92	233.503,88
FINAME BNDES	284.249,80	286.475,80
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>943.274,19</b>	<b>649.536,63</b>

**17. Subvenções Públicas e Privadas**

	2017	2016
Subvenções Estaduais	800.000,00	52.450,01
<b>Verbas Públicas</b>	<b>800.000,00</b>	<b>52.450,01</b>
Subvenções Particulares	0,00	17.648,81
Instituto Ronald MC Donald Campanha	1.000,71	95.512,61
IRM – CO – 58/16 – Custeio de Serviços	(220,00)	173.257,57
<b>Verbas Privadas</b>	<b>780,71</b>	<b>286.418,99</b>
<b>Captação de Recursos</b>	<b>800.780,71</b>	<b>338.869,00</b>

**18. Subvenções Públicas e Privadas - Não circulante**

	2017	2016
Bens Ativo Imobilizado – DRS VII – 1166/13	13.701,60	23.977,80
Bens Ativo Imobilizado – DRS VII – 1980/13	9.762,86	11.264,90
Bens Ativo Imobilizado - Prefeitura de Jundiá 1.503-1/2014	480.722,37	500.963,37
Bens Ativo Imobilizado - Prefeitura de Jarinu	5.277,40	7.277,56
Bens Ativo Imobilizado - DRS Ar Condicionado	46.980,00	0,00
<b>Verbas Públicas</b>	<b>556.444,23</b>	<b>543.483,63</b>
Bens Ativo Imobilizado – CO – 101/13 IRM	25.898,20	34.096,96
Bens Ativo Imobilizado – CO – 74/13 IRM	12.343,48	14.273,44
Bens Ativo Imobilizado – Doação	411.580,04	439.513,93
Bens Ativo Imobilizado – CO – 04/15 IRM	6.405,77	7.152,05
Bens Ativo Imobilizado – CO – 05/15 IRM	80.188,90	90.389,26
Bens Ativo Imobilizado – CO – 64/15 IRM	38.445,01	50.225,17
<b>Verbas Privadas</b>	<b>574.861,40</b>	<b>635.650,81</b>
<b>Captação de Recursos – Não Circulante</b>	<b>1.131.305,63</b>	<b>1.179.134,44</b>

Estes valores referem-se a bens de Ativo Imobilizado adquiridos através de Doações ou Subvenções, são reconhecidos como receitas de acordo com a Depreciação dos respectivos bens.

**19. Receitas com Subvenções Públicas**

	2017	2016
Receitas com Subvenções Públicas	211.891,51	177.031,10
<b>Subvenções recebidas:</b>		
Proc. Jud. 002079.2011.15.000/6 Not. 144184 FL Logística	52.450,01	52.450,01
DRS VII – Convênio 1980/13 – Telhado	1.502,04	1.502,04
DRS VII – Convênio 1166/13 – Veículo	10.276,20	10.276,20
Subvenção – Prefeitura de Jarinu	92.202,26	74.634,79
Prof. de Louveira - Processo Adm. Nº 01103/183-2011	33.600,00	33.107,81
Termo de Parceria 01/2015 Processo 1.503-1/2014 – Prof. de Jundiá	20.241,00	5.060,25
DRV VII – Ar Condicionado	1.620,00	0,00
<b>Subvenções Públicas</b>	<b>211.891,51</b>	<b>177.031,10</b>

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades Governamentais e Entidades Privadas com o Grendacc, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a NBC TG 7 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

As receitas dos Bens do Ativo Imobilizado são reconhecidas juntamente com a despesa de depreciação mensal.

**20. Doações em espécie**

	2017	2016
Sentenças Judiciais	31.200,54	17.145,04
Doações de PF e PJ	7.221.673,34	5.826.606,03
<b>Doações em Espécie</b>	<b>7.252.873,88</b>	<b>5.843.751,07</b>

As doações são registradas quando do recebimento.

**21. Receitas Diversas**

	2017	2016
Aluguéis	18.936,00	0,00
Bazar Permanente	694.349,51	430.421,50
Eventos	240.764,01	138.947,20
Produtos com Logomarca	280.825,96	237.630,10
Artesanato	19.265,50	28.169,00
Nota Fiscal Paulista	455.249,37	1.251.016,36
Campanhas	292.249,00	154.250,00
Outras Receitas Diversas	8.242,50	36.144,04
<b>Receitas Diversas</b>	<b>2.009.881,85</b>	<b>2.276.578,20</b>

**22. Aplicação dos Recursos nas Finalidades Institucionais**

O Grendacc é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, de natureza e caráter beneficente, cujos objetivos sociais estão inseridos no artigo 2º do Estatuto Social, registrado no Terceiro Tabelião de Notas de Jundiá, tendo como principais finalidades amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas do município de Jundiá e região, atendendo às disposições contidas na Lei nº 12.101/2009 (Alterada pela Lei nº 12.868/2013), regulado do Decreto Federal nº 8.242/2014, fazendo jus ao CEAS – Certificado de Entidades de Assistência Social, mencionado em seu Estatuto Social.

**23. Inseções usufruídas**

Demonstração das Contribuições Previdenciárias Patronais devidas ao INSS, caso a entidade não gozasse da isenção:

Descrição	2017	2016
Cota Patronal INSS	1.940.263,73	1.489.518,42

**24. Apuração do Déficit do exercício social:**

O Resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

**25. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido é composto pelo resultado do exercício (superávit ou déficit) acrescido dos ajustes de avaliação patrimonial considerados e o Patrimônio Social.

**26. Outras Receitas e Outras Despesas**

Os valores contabilizados nestas rubricas são fatos eventuais. As receitas são acrescidas ao Patrimônio, integrado receitas de alienação do imobilizados e outras receitas. As despesas diminuem o Patrimônio, integrando as perdas (baixas) de bens do ativo e outras despesas.

**27. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

**28. Seguros**

Para proteção de seu patrimônio o Grendacc tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da entidade.

As informações principais sobre os seguros vigente em 31 de Dezembro de 2017 estão demonstradas no quadro a seguir:

Veículo	Modelo / Ano	Placa	Vigência da Apólice	nº da Apólice
Doblô	Doblô Attractive 1.4 Flex	FQR 2400	14/03/2017 a 14/03/2018	Bradesco Seguros 040035
Ambulância	Courier L 1.6 Flex 2011/2011	ETR 4812	24/03/2017 a 24/03/2018	Porto Seguro 0531 76 1753831
Ambulância (obs.: propriedade da Prefeitura)	FORD Courier Rontan 2002/2003	DBA 5054	26/09/2017 a 26/09/2018	Sompo Seguros 3101085538

Predial Vigência: 23/12/2017 a 23/12/2018 Nº da Apólice: 180.0000971302

**29. RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEBAS.**

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Saúde – CEBAS, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme Resolução nº 28, de 16/02/06, publicada no Diário Oficial da União em 22/02/06, julgando o processo nº 71010.001814/2005-11 – Renovado conforme Portaria nº. 482 de 19 de agosto de 2011, publicada no DOU – Seção 1 – nº 161 - 61 com validade até 21/12/2012. A Portaria de nº. 980 de 03 de setembro de 2013 determinou a validade da Renovação do CEBAS pelo período de 22 de fevereiro de 2010 a 21 de fevereiro de 2013 – Publicada no Diário Oficial de 04 de setembro de 2013 - Seção 1 – nº. 171. Sendo certo que foi devidamente renovado nos prazos legais vencendo-se em 21 de fevereiro de 2019, nos termos da Portaria n. 1.562 publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2016 – Seção I folhas 56.

Desta forma, a Entidade comprova sua condição de Certificada, possuindo direito às imunidades das Contribuições Sociais uma vez que cumpre o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 (Alterada pela Lei nº 12.868/2013).

**30. Forma como a Instituição busca sua condição de entidade beneficente de assistência social – CEBAS.**

A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando 60% da sua capacidade total dos seus serviços de internações e ambulatoriais aos pacientes do SUS no município onde atua e na região.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.101/2009 (Alterada pela Lei nº 12.868/2013) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e combinado com a Portaria GM/MS nº 1.970/2011, a Entidade entrega junto aos documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS.

Descrição	2017	Percentual	2016	Percentual
Atendimento SUS	29.125	75,72%	30.583	72,04%
Atendimento não SUS	9.339	24,28%	11.867	27,96%
<b>Total de Atendimentos</b>	<b>38.464</b>	<b>100,00%</b>	<b>42.450</b>	<b>100,00%</b>

Jundiá, 31 de dezembro de 2017

**Verci Andreo Butolo**  
Presidente da Diretoria  
CPF (MF) 964.726.428-34

**Fernando Marcelino Polysello**  
Contador  
CRC 1SP 256549/O-3

**Relatório dos auditores independentes**

**INTRODUÇÃO**

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da entidade GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER - Grendacc, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**OPINIÃO DA AUDITORIA:**

Em nossa opinião as demonstrações contábeis do referido período representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER – Grendacc, em 31/12/2017, os resultados de suas operações, e as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de caixa relevantes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**BASE DE OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à ENTIDADE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase – Reiteramos as notas explicativas:**

·9.1, 9.2 e 9.3 - Ativo Imobilizado – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.

·20 e 21 - Receitas das Atividades – são reconhecidas por competência exceto as decorrentes de doações em espécie e de materiais, as contribuições de sócios e as de rendas diversas que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

·Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

·Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

·Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

·Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

·Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

·Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Segato Consultores - Auditoria e Contabilidade Ltda.**  
**CRC 2SP15.697/O-9**

**Valdir Donizete Segato**  
**CRC 1SP171.269/O-1**

**Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI - CFC 1.776**